



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1011655-11.2018.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional de Periculosidade**
Requerente: **Wellington Claudino Alves**
Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Dispensado o Relatório, ao teor da Lei 9.099/95.

Fundamento e decido.

A ação é procedente.

Inicialmente, vale ressaltar que não se discute, na presente demanda, o percebimento do referido benefício, que já foi reconhecido administrativamente, mas o termo inicial de pagamento.

A LC n.º 432/85 estabeleceu o direito à percepção do adicional de insalubridade.

O ato administrativo de reconhecimento da insalubridade é de natureza meramente declaratória, e como tal retroage ao início das atividades insalubres ou da vigência da LC n.º 432/85, o que for mais próximo, de modo a contemplar as suas finalidades.

Não há fundamento legal, portanto, para o desconto do

1011655-11.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

adicional de insalubridade nos vencimentos da parte autora com relação ao **período de 31/01/2014 a 16/07/2014**, a qual não pode ser prejudicada pela demora da ré em reconhecer o seu direito.

A Lei Complementar Estadual n.º 835/1997 acrescentou o artigo 3.º-A à Lei Complementar Estadual n.º 432/85 supramencionada, estabelecendo que: “o adicional de insalubridade produzirá efeitos pecuniários a partir da data da homologação do laudo de insalubridade”.

Confira-se, entretanto, que o artigo 3.º-A da Lei Complementar Estadual n.º 432/85, na redação que lhe deu a Lei Complementar Estadual n.º 835/97, foi considerado inconstitucional pelo C. Órgão Especial do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

“ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE - Art. 3-A da Lei Complementar Estadual n.º 432/85 (introduzido pela LC Estadual 835/97, que determina que a concessão de adicional de insalubridade surte efeitos pecuniários apenas à data da homologação do laudo) - Afronta ao princípio da razoabilidade e, bem assim, ao disposto no art. 111 da Constituição Estadual - Laudo pericial que possui natureza meramente declaratória - Adicional que deve retroagir ao início do exercício da atividade que expôs o servidor a fatores de risco à saúde - Precedentes deste E. Tribunal de Justiça - Acolhimento do incidente.” (Arguição de Inconstitucionalidade n.º 0080853-74.2015.8.26.0000, Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, rel. Des. Salles Rossi, j. em 03/02/2016).

O julgamento pelo E. Órgão Especial do Tribunal de Justiça dissipa qualquer dúvida quanto ao caráter meramente declaratório do laudo que atesta a insalubridade, cuja existência é uma situação de fato.

Por outro giro, o benefício é pago indistintamente a toda a categoria, sejam àqueles que cumprem atividades externas, ou aos que desenvolvem atividades administrativas ou internas. Assim, se todos os policiais foram agraciados de forma incondicional, é de se concluir que o adicional de insalubridade lhes seja devido desde o momento em que ingressaram na carreira (escola de formação), independentemente da data em que foi elaborado o laudo administrativo, o qual, repise-se,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

tem natureza meramente declaratória, não constitutiva do direito.

Ademais, não se desincumbiu a ré de demonstrar que o currículo de atividades desenvolvidas durante o curso de formação fosse tão diferente daquelas praticadas rotineiramente.

Confira-se, ainda, a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo:

“ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. A insalubridade é um estado de fato. Insustentável a recusa do pagamento de parcelas anteriores à data de homologação do laudo pericial. Interpretação do artigo 6º da Lei Complementar 432/85 que não pode excluir prestações anteactas. Manutenção da sentença recorrida. Recurso provido.” (TJ-SP, Apelação n.º 0026191-73.2009.8.26.0000, Quinta Câmara de Direito Público, Rel. Des. Nogueira Diefenthaler, v.u., j. 5.12.2011).

“ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. Pagamento a partir da vigência da Lei Complementar n. 432/85, ou da data em que teve início a atividade insalubre. Direito que ingressa no patrimônio do servidor a partir de um daqueles momentos e não apenas por ocasião da elaboração do laudo que constata a insalubridade preexistente. Inaplicabilidade da Lei Complementar n. 835/97, que, superveniente, não pode prejudicar direito adquirido. Direito às parcelas que ainda não foram pagas administrativamente. Pedido procedente. Recursos oficial, que se considera interposto, e voluntário improvidos.” (TJ-SP, Apelação n.º 349.731-5/0-00, Décima Câmara de Direito Público, Rel. Des. Antônio Carlos Villen, v.u., j.5.6.2006).

APELAÇÃO CÍVEL – Servidores públicos estaduais em atividade – Policiais Militares – Pretensão destinada ao reconhecimento do direito pretérito do recebimento do adicional de insalubridade, com pagamento das diferenças salariais correlatas, desde a data de ingresso no serviço policial militar ativo, e não da data de homologação do laudo técnico produzido pela Administração – Possibilidade – Laudo que somente constata a atividade insalubre, todavia, sem ter o condão de constituí-la – Função policial exercida sob condições insalubres desde a data de ingresso no serviço público ativo – Previsão legal contida na Lei Complementar Estadual nº 432/85 – Declaração de inconstitucionalidade, pelo E. Órgão Especial deste E. Tribunal de Justiça, do art. 3-A da referida LCE nº 432/85, a retirar a base jurídica da argumentação da ré - Direito dos autores previsto em lei que não se pode admitir violação - Princípio que veda o enriquecimento sem causa da Administração - Sentença de improcedência reformada - RECURSO PROVIDO. (TJSP; Apelação 1014086-04.2017.8.26.0053; Relator (a): Vicente de Abreu Amadei; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 3ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 28/03/2018; Data de Registro: 28/03/2018)

Ante o exposto **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar o direito da parte autora em perceber o adicional de insalubridade, no grau máximo, desde o ingresso na função pública, no **período de 31/01/2014 a 16/07/2014**, e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

condeno a ré ao pagamento, em seu favor, do referido adicional no período mencionado, sendo que as prestações deverão ser pagas de uma só vez, com correção monetária, desde a data do vencimento das prestações e acrescidas dos juros de mora legais, desde a citação.

Com relação à correção monetária e os juros, sem desconhecer que está suspenso o Recurso Especial nº 870.947, tenho que o índice adotado no Julgado (IPCA-E) é o mais adequado para recompor o valor da moeda, aplicando-se, aos juros de mora, o índice de remuneração da poupança.

Sem condenação em custas e honorários, conforme artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95.

P.R.I.

Araraquara, 09 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**